

## **11 – ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO DO TESOUREIRO NACIONAL**

Conceitua-se como Operações Oficiais de Crédito aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, são custeadas com recursos do Tesouro Nacional.

Essas operações têm como característica peculiar o fato de terem encargos financeiros diferenciados (a menor) daqueles praticados pelo mercado, envolvendo subvenção econômica direta ou indireta.

A unidade orçamentária OOC, no que diz respeito às Operações de Crédito Rural, Agroindustrial e às Exportações, foi contemplada pela Lei n.º 10.407, de 10 de janeiro de 2002 (que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2002) com o montante de R\$ 5.860.447 mil, dos quais R\$ 2.953.710 mil destinados à concessão de empréstimos, R\$ 2.906.737 mil à equalização de preços e taxas, tendo a seguinte composição por fonte de recursos:

- **FONTE 100** - Recursos Ordinários - R\$ 1.110.459 mil
- **FONTE 144** - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - R\$ 1.164.917 mil.
- **FONTE 159** – Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos – R\$ 45.000 mil
- **FONTE 160** - Recursos das Operações Oficiais de Crédito -R\$ 3.540.071 mil

Foi concedido crédito suplementar no montante de R\$ 1.235.508 mil, dos quais R\$ 28.000 mil destinados ao Custeio Agropecuário, R\$ 7.000 mil aos Empréstimos do Governo Federal, R\$ 265.518 mil a Aquisições do Governo Federal e Estoques Estratégicos - AGF, R\$ 165.919 mil ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, R\$358.000 mil ao Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, R\$ 46.580 mil à Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural –PESA e R\$ 364.491 mil ao Programa de Financiamento às Exportações – PROEX.

Houve cancelamentos de R\$ 1.454.428 mil, dos quais R\$ 1.027.991 mil em Aquisições do Governo Federal e Estoques Estratégicos - AGF, R\$ 80.919 mil no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, R\$ 80.000 mil em Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários e R\$ 265.518 mil no Programa de Financiamento às Exportações.

Além disso, deixou-se de utilizar R\$ 242.363 mil de modo a permitir a execução, por igual valor, em outros programas no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

Sendo assim, a dotação para 2002 fechou com um montante de R\$ 5.399.164 mil (ver Quadro Orçamento Aprovado).

Entretanto, a execução da despesa nas operações de crédito rural, agroindustrial e às exportações, no exercício de 2002, foi de R\$ 3.793.123 mil, incluídos neste valor R\$ 415.542 mil de Restos a Pagar/2001 (ver quadro Acompanhamento da Despesa).

### **11.1 - Financiamento e Equalização de Juros em Operações de Custeio Agropecuário**

A finalidade do programa é prestar apoio financeiro ao produtor rural de forma a assegurar os recursos necessários para atender as despesas inerentes ao plantio e manutenção da lavoura até a colheita.

Esta ação, atualmente, atende exclusivamente despesas correntes com equalização de taxas, enquanto que, originalmente, concedia também aporte de recursos para financiamentos do custeio agropecuário. Equalização de taxas é uma subvenção econômica cuja finalidade é cobrir o diferencial entre o custo de captação de recursos das instituições financeiras, acrescido dos custos administrativos e tributários em que incorrem, e a taxa paga pelo tomador final do crédito, que foi mantida para 2002 em 8,75% a.a, para esta modalidade.

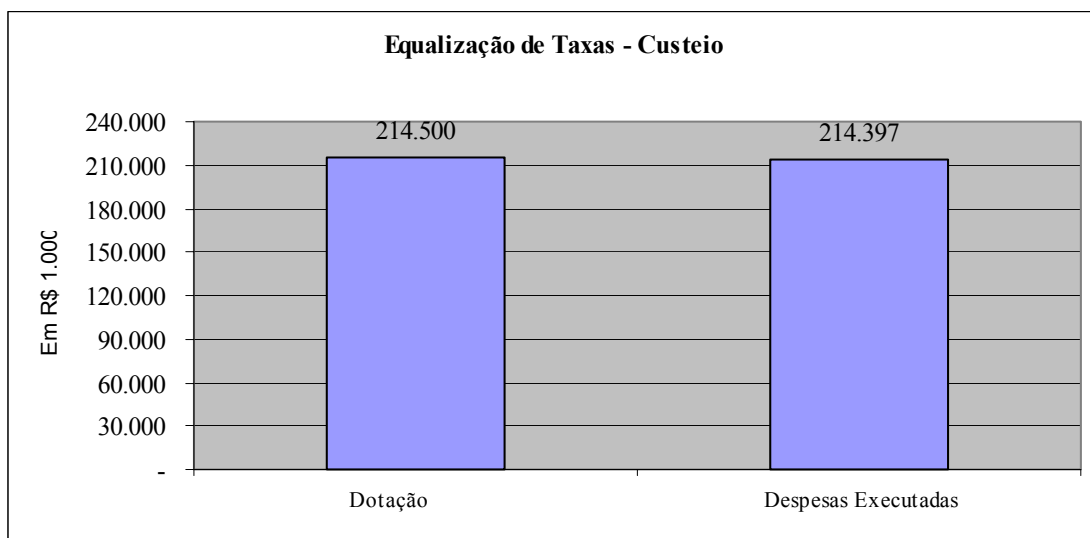
Já considerada a suplementação de R\$ 28.000 mil, a dotação orçamentária do programa em 2002 somou R\$ 214.500 mil, tendo sido praticamente integralmente executada, conforme a seguir indicado:

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DESPESAS EXECUTADAS (R\$ MIL)**

<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>DOTAÇÃO FINAL</b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>
186.500	28.000	214.500	214.397

Fonte: MF/STN/COPEC

**DESPESAS DO PROGRAMA CUSTEIO AGROPECUÁRIO**



Em relação ao ano anterior, os pagamentos com equalização cresceram R\$ 33.601 mil, em valores nominais.

**EXECUÇÃO DO CUSTEIO (R\$ MIL)**

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Equalização de Taxas	214.397	180.796

Fonte: MF/STN/COPEC

## **11.2 - Financiamento e Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF**

A finalidade básica do programa é assegurar ao produtor rural ou a suas cooperativas os recursos necessários à colocação oportuna de seus produtos no mercado, por meio do suprimento de recursos para atender às despesas inerentes à fase posterior à colheita.

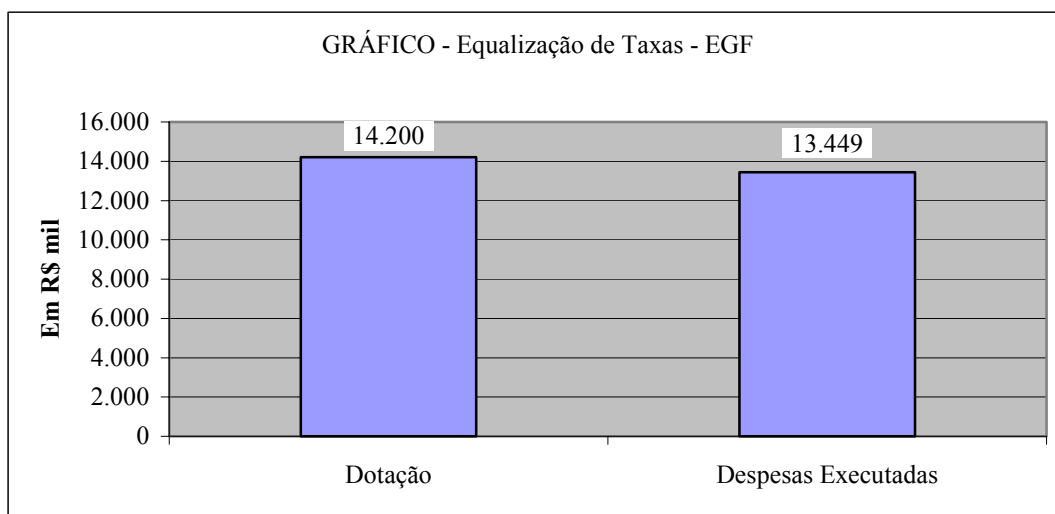
O EGF também possuía originalmente as rubricas de Concessão de Empréstimos e de Equalização de Taxas e de Preços, sendo que, atualmente, seus desembolsos têm se limitado à equalização de taxas. A taxa cobrada aos mutuários está fixada em 8,75% a.a., sendo mantida para a safra 2002/2003.

As despesas com equalização de taxas, em 2002, totalizaram R\$ 13.449 mil, tendo havido suplementação orçamentária de R\$ 7.000 mil para uma dotação inicial de R\$ 7.200 mil.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DESPESAS EXECUTADAS (R\$ MIL)**

<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>DOTAÇÃO FINAL</b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>
7.200	7.000	14.200	13.449

Fonte: MF/STN/COPEC



Em relação ao ano anterior, houve crescimento nas despesas com EGF da ordem de R\$ 11.045 mil, conforme tabela abaixo:

**EXECUÇÃO DO EGF (R\$ MIL)**

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS	3.449	2.651

Fonte: MF/STN/COPEC

### **11.3 - Financiamento e Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF**

Por meio da rubrica Concessão de Empréstimos do Programa AGF (Aquisições do Governo Federal), a unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito – O2C - repassa recursos ao Banco do Brasil S.A. para financiamentos à CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) visando atender a duas finalidades básicas: formação de estoques públicos (reguladores e estratégicos) de produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e despesas com armazenamento, conservação, remoção e alienação desses estoques (despesas gerais da PGPM). Dessa forma, fica viabilizada a ação governamental de regulação, quando necessário, do preço dos produtos agrícolas no mercado interno, além de assegurar o abastecimento em épocas de escassez.

Quando da venda dos estoques públicos, a CONAB geralmente não consegue obter o montante necessário à liquidação do financiamento correspondente às despesas com a aquisição e carregamento dos produtos vendidos. Com isso, por meio da rubrica de equalização do AGF, aquela empresa recebe subvenção econômica do Tesouro Nacional com vistas à cobertura do diferencial entre o custo de remissão dos produtos vendidos e a receita arrecadada com a venda. Cabe esclarecer, a propósito, que os valores liberados a título dessa subvenção econômica retornam ao Banco do Brasil e, conseqüentemente, ao próprio Tesouro Nacional, mais especificamente ao orçamento das Operações Oficiais de Crédito, O2C, juntamente com o valor obtido na venda dos produtos, sob a forma de amortização do saldo devedor dos empréstimos concedidos.

#### **11.3.1 - Receitas**

Em 2002, as receitas do programa com vendas de produtos somaram R\$ 431.327 mil, sendo que a previsão orçamentária para a arrecadação a ser obtida com alienação de produtos dos estoques públicos foi de R\$ 430.155 mil

#### VENDAS DE PRODUTOS (ton.)

MESES	ALGODÃO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	TRIGO	DEMAIS PRODUTOS (*)	TOTAL
JANEIRO	0	105.253	0	256.206	0	0	361.459
FEVEREIRO	0	21.980	0	170.027	0	0	192.007
MARÇO	0	- 30	0	152.682	0	0	152.652
ABRIL	0	7	0	135.448	0	1.080	136.535
MAIO	0	209	0	120.600	0	4.002	124.811
JUNHO	0	9.643	0	106.775	0	2.267	118.685
JULHO	0	29.367	0	108.533	0	2.975	140.875
AGOSTO	0	85.371	0	114.788	0	3.019	203.178
SETEMBRO	561	225.526	0	134.680	0	54	360.821
OUTUBRO	2.051	360.101	0	129.509	0	482	492.143
NOVEMBRO	21.046	274.476	0	118.208	0	22.672	436.402
DEZEMBRO	14.252	101.669	0	58.453	0	39.673	214.047
TOTAL	37.910	1.213.572	0	1.605.909	0	76.224	2.933.615

(\*) – Principalmente farinha de mandioca.

Obs.: Dados negativos referem-se a ajustes contábeis relativos a vendas de meses anteriores.

Fonte: MF/STN/COPEC

No que se refere às vendas de produtos agropecuários dos estoques públicos, reguladores e estratégicos, no ano de 2002 houve preponderância de operações envolvendo arroz e milho, sendo que o primeiro respondeu por cerca de 41% das operações, e o segundo por aproximadamente 55%, totalizando ambos cerca de 96% das alienações. O expressivo volume de vendas desses produtos refletiu o quadro de escassez e preços elevados verificados ao longo do exercício.

De equalização, retornaram R\$ 138.689 mil, totalizando, assim, a receita de R\$ 570.016 mil.

### 11.3.2 – Despesas

Relativamente às despesas do programa AGF, incluindo Concessão de Empréstimos (Aquisições e Despesas da PGPM) e Equalização (Comissão do Banco do Brasil -BB e Subvenção Econômica paga à CONAB), foram executados R\$ 324.056 mil, mais Restos a Pagar/2001 de R\$ 39.776 mil, perfazendo R\$ 363.832 mil, de uma dotação orçamentária final de R\$ 1.013.838 mil, o que representa execução de cerca de 36% da dotação final.

Cabe ressaltar que o lançamento líquido de opções de venda no exercício ficou bem aquém da previsão orçamentária, aliado ao fato de reduzido valor de exercício uma vez que os preços de mercado situarem-se acima do valor de lançamento.

O produto mais adquirido ao longo de 2002 foi o milho, cujas aquisições diretas representaram R\$ 41.747 mil, respondendo por 59% do total de recursos utilizado na finalidade.

As aquisições diretas de algodão, ocorridas principalmente nos meses de fevereiro e março, em virtude dos baixos preços internacionais do produto, demandaram a liberação de recursos da ordem de R\$ 11.650 mil, o que representa cerca de 22% do total liberado para a finalidade.

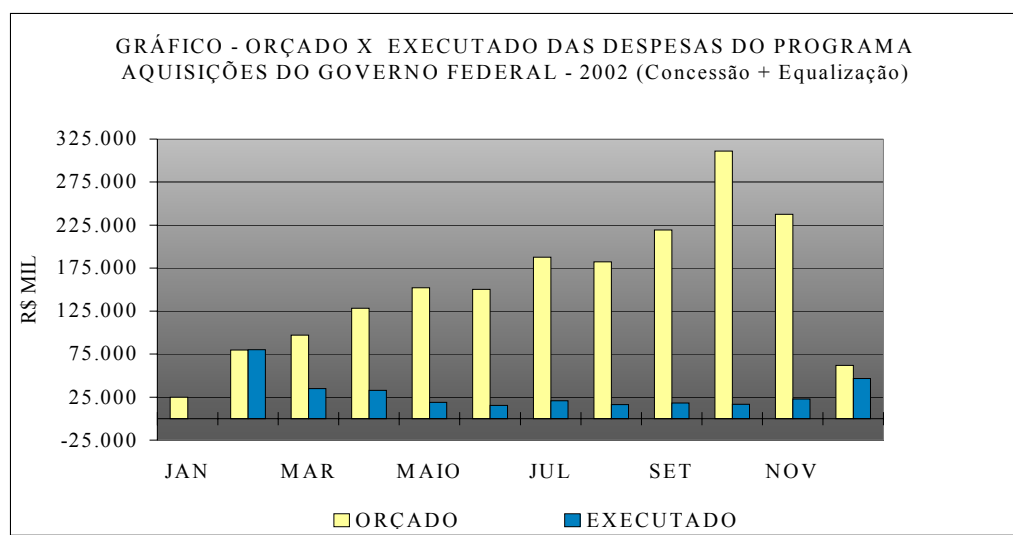
Com referência às despesas da PGPM (total de R\$ 139.595 mil), o item que mais onerou os referidos dispêndios foi o relativo à armazenagem, (R\$ 75.370 mil). O pagamento de ICMS, INSS e outros tributos consumiram R\$ 6.901 mil.

**GESTÃO ORÇAMENTÁRIA EM AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL – 2002 (R\$ MIL)**

<b>RUBRICA</b>	<b>DOTAÇÃO FINAL (A)</b>	<b>EXECUTADO (B)</b>	<b>EXECUTADO (B/A) %</b>	<b>SALDO (A – B)</b>
AGF E ESTOQUES	1.013.838	324.056	32	689.781
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	669.938	205.046	31	464.892
AQUISIÇÕES		65.450		
DIRETAS		53.449		
SECURITIZAÇÃO				
OPÇÕES		12.000		
DESPESAS PGPM		139.596		
EQUALIZAÇÃO	343.900	119.010	35	224.889
COMISSÃO BB		13.849		
EQUALIZAÇÃO		105.161		

Fonte: MF/STN/COPEC

Observa-se no gráfico a seguir que os meses em que ocorreram gastos mais elevados foram fevereiro e dezembro, tendo ficado praticamente no mesmo patamar do orçado. De forma geral, os gastos se situaram bem abaixo do estimado em virtude dos produtos agrícolas terem, ao longo de 2002, atingido preços remuneradores para os produtores, evitando, assim, maiores despesas com aquisições pelo Governo.



Em síntese, o programa AGF representou resultado líquido positivo de R\$ 206.184 mil, dado que o total de receitas foi de R\$ 570.016 mil e o total de despesas, inclusive Restos a Pagar/2001, atingiu o montante de R\$ 363.831 mil. Dessa forma, fica evidenciado, de um lado, grande volume de venda de estoques públicos para garantir o abastecimento interno, e, de outro, aquisições inferiores às programadas.

#### **11.4. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**

Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, passou a expressar o caráter prioritário dado pelo governo ao apoio creditício à agricultura familiar. Com isso, a política pública direcionada ao setor passou a incorporar, além do crédito rural propriamente dito, preocupações com a organização do homem e sua família bem como com o beneficiamento da produção com o objetivo de obter a agregação de valor aos produtos e a inclusão entre os itens amparados por financiamentos das atividades não agrícolas com potencial de geração de renda.

O PRONAF financia o custeio e o investimento rurais, com encargos financeiros inferiores aos concedidos a beneficiários de outros programas vinculados ao crédito rural normal, além da concessão de rebates nas taxas e até mesmo no principal, para incentivar a tempestividade dos pagamentos. Dentro dessa ótica, o Tesouro Nacional participa do apoio governamental ao PRONAF por meio de duas modalidades básicas: 1- Financiamento mediante concessão de empréstimos com recursos da União, com equalização indireta; e 2- Equalização direta de taxas de juros.

#### 11.4.1 - Financiamento

A Lei nº 10.186, de 12.2.01, autorizou o Governo Federal a, por intermédio de instituição financeira federal como seu agente, contratar financiamentos diretamente com agricultores familiares, sem a exigência de outras garantias que não a obrigação pessoal do devedor. Portanto, nesse modelo de aplicação de recursos, o risco das operações é do Tesouro Nacional.

De forma a viabilizar a implementação dessa sistemática, a União contratou os serviços do Banco do Brasil S.A. e do Banco do Nordeste S.A. para a operacionalização das operações junto aos agricultores familiares beneficiários do PRONAF. Esse acordo, de caráter contratual, define as condições gerais do relacionamento entre o Tesouro Nacional e a instituição financeira, bem como as obrigações e direitos decorrentes da operacionalização dos financiamentos do PRONAF. Assim, periodicamente, o Tesouro Nacional repassa recursos aos seus agentes financeiros que, em nome da União, os emprestam aos mutuários.

Assim, periodicamente, o Tesouro Nacional repassa recursos aos seus agentes financeiros que, em nome da União, os emprestam aos mutuários.

Quando do reembolso pelos mutuários, aquelas instituições financeiras repassam os recursos para o Tesouro Nacional. Registre-se que os juros incidentes nesses financiamentos variam de acordo com o enquadramento dos agricultores familiares na classificação do PRONAF (Grupos “A”, “B”, “C”, “C/A” e Pronaf/Florestal).

As liberações de recursos para a finalidade se baseiam nas programações orçamentárias mensais definidas pela Comissão criada pela Portaria Interministerial nº 243, de 20.3.92, e aprovadas pelo Secretário do Tesouro Nacional, observadas as metas fiscais estabelecidas.

Por fim, em razão da prestação de serviços, as instituições financeiras fazem jus à remuneração contratualmente definida.

Em 2002, o programa contou com dotação orçamentária de R\$ 473 milhões, acrescidos de R\$ 88.802 mil de Restos a Pagar/2001 para a concessão de empréstimo com recursos do Tesouro Nacional. No entanto, foram aplicados apenas os seguintes valores:

FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DO TESOURO (R\$ MIL)			
GRUPOS	BANCO DO BRASIL	BANCO DO NORDESTE	TOTAL
A	246.236	26.872	273.108
B		92.664	92.664
C/A	9.269	1.004	10.273
TOTAL	255.505	120.540	376.045

Fonte: MF/STN/COPEC

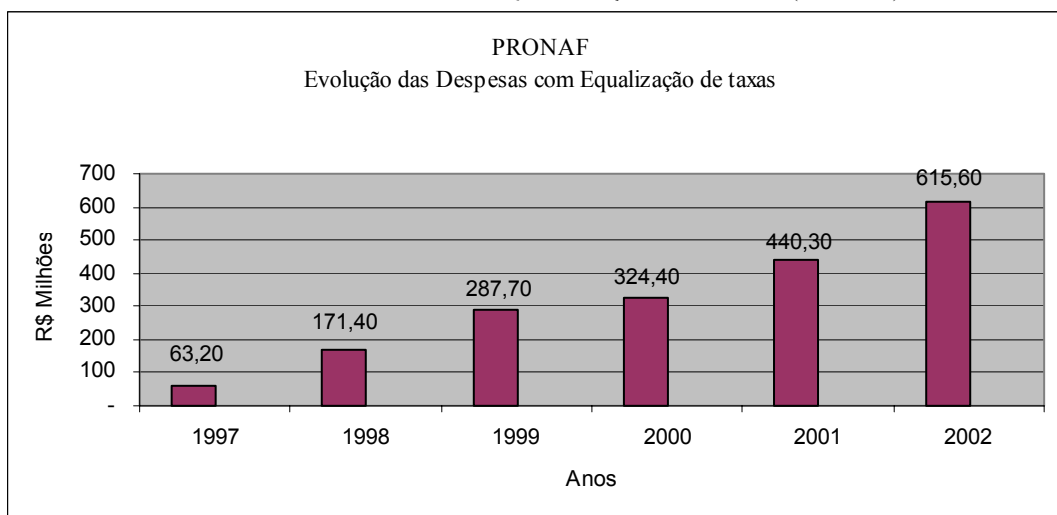
Obs. Incluída a execução de R\$ 53.802 mil de Restos a Pagar/2001.

O Grupo A, formado por assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, recebeu 72,6% dos financiamentos, O Grupo B, formado por agricultores familiares e trabalhadores rurais que não tenham qualquer título de área superior a quatro módulos fiscais e que obtenham renda familiar de até R\$ 1,5 mil, recebeu 24,6% (R\$ 87,3 milhões) e o Grupo A/C, formado por agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 1,5 mil e R\$ 10 mil e que já receberam o crédito do Grupo A, ficaram com 2,8% (R\$ 10,2 milhões).

#### 11.4.2 - Equalização

A utilização da sistemática de equalização de taxas que propicia a alavancagem de recursos para o financiamento de operações de crédito com recursos do FAT, entre outros, tem apresentado constante elevação de gastos desde a criação do PRONAF. A esse respeito, ver comparação demonstrada no quadro abaixo relativamente à execução orçamentária do programa nos anos de 1997 a 2002:

GRÁFICO – DESPESAS COM EQUALIZAÇÃO DE TAXAS (PRONAF)



Em 2002, a dotação orçamentária inicial para equalização de taxas era de R\$ 621.437 mil. Ao longo do ano, foi autorizada suplementação orçamentária de R\$ 85.000 mil, implicando em uma dotação orçamentária final de R\$ 706.437 mil. As despesas com equalização totalizaram R\$ 615.647 mil, aproximadamente 87% da dotação disponível.

No quadro a seguir, temos o resumo da execução orçamentária em 2002:

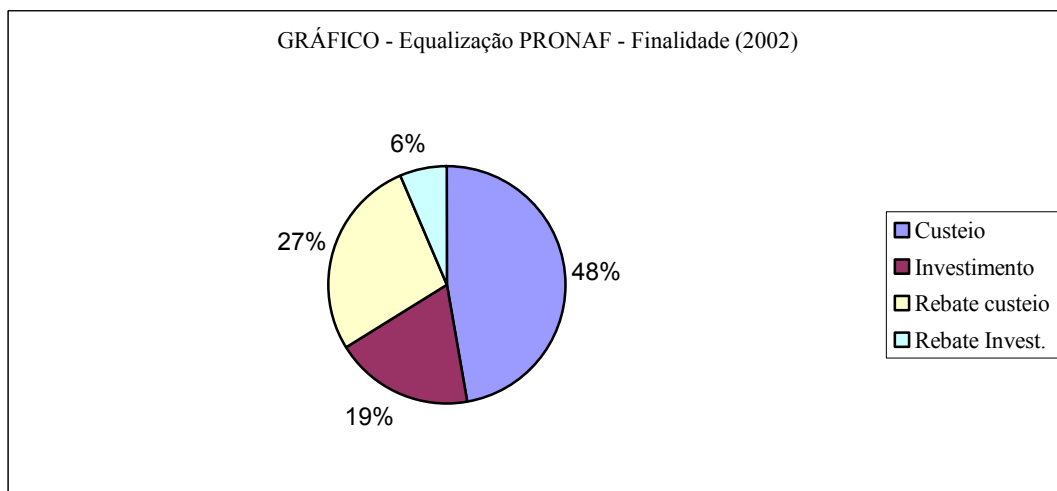
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRONAF (R\$ MIL)

	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINAL	EXECUÇÃO	SALDO
Equalização de Taxas	706.437	615.647	90.790

Fonte: MF/STN/COPEC

Verifica-se, portanto, que o PRONAF mantém seu dinamismo, refletindo os esforços do Governo Federal em ampliar o acesso de pequenos produtores da agricultura familiar ao crédito rural.

Relativamente à finalidade, o PRONAF – Custeio absorve mais da metade das despesas com equalização de taxas, conforme demonstra o gráfico a seguir:



### **11.5 - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários – GSPCPA**

Desde o advento do Decreto-Lei nº 79/66, o EGF e o AGF foram os instrumentos clássicos utilizados pelo Governo Federal para a condução da Política Agrícola. Ocorre, porém, que, nos últimos anos, ante a escassez de recursos e dificuldades decorrentes de maiores pressões, devido principalmente às mudanças provocadas pela abertura econômica, estão sendo colocados em prática novos instrumentos para a consecução dos objetivos da PGPM.

Sendo assim, o programa Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários foi criado com vistas a custear esses novos instrumentos. Como exemplo, podemos citar o Prêmio para o Escoamento de Produto - PEP e o Prêmio de Recompra ou Repasse, este último vinculado a Contratos de Opção de Venda, que vêm sendo utilizados com bastante sucesso.

O PEP pode ser conceituado como uma subvenção econômica concedida pelo Governo por meio de leilão público, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que tem como objetivo promover a participação da iniciativa privada na comercialização e escoamento de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que assegura o recebimento do Preço Mínimo aos produtores rurais e, desta forma, evita a formação de estoques governamentais, cujo carregamento é oneroso. Todos os produtos da Política de Garantia de Preços Mínimos podem participar do PEP. A escolha do produto e do momento de implementar os leilões depende das condições de comercialização de cada produto e da necessidade de garantir o preço de referência.

No ano de 2002, ocorreram 20 leilões de PEP, viabilizando o escoamento de aproximadamente 241.834 toneladas de algodão, mediante pagamento pelo Tesouro Nacional de subvenção econômica sob a forma de equalização de preços no valor de R\$ 19,1 milhões.

O Prêmio de Recompra ou Repasse de contratos de Opção de Venda constitui-se em outra modalidade de subvenção econômica com o objetivo de pagar o diferencial entre os preços de exercício das opções de venda e os preços praticados no mercado (equalização de preços), desonerando o Governo da obrigação de adquirir os produtos vinculados ao Mercado de Opções. A sua sistemática é semelhante à do PEP, com pagamento dos prêmios a débito da rubrica de Garantia e Sustentação de Preços.

Neste ano, foram recomprados ou repassados contratos de opção equivalentes a 162.621 toneladas de arroz, com o desembolso para o pagamento de seus prêmios no montante de R\$ 5,0 milhões, evitando, aquisições no valor de R\$ 55,9 milhões.

Relativamente ao Prêmio de Escoamento da Borracha - PEB, trata-se de programa similar ao PEP, no qual há concessão de subvenção econômica pelo Governo a produtores de borracha natural, tem como principal objetivo incentivar a comercialização e estimular a produção de borracha nacional, contando com dotação orçamentária específica no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAA (Gestor do Programa). No entanto, com base no Decreto nº 4.462, de 7 de novembro de 2002, foi autorizado a utilização de recursos da ordem de até R\$ 25,0 milhões das Operações Oficiais de Crédito (rubrica Garantia e Sustentação de Preços), para pagamento de despesas com PEB.

Assim, realizaram-se 2 leilões de PEB, ocasionando desembolsos do Tesouro Nacional no montante de R\$ 24,9 milhões.

No total, foram utilizados no Programa Garantia e Sustentação de Preços R\$ 50.447 mil do orçamento de 2002 e R\$ 67.433 mil referentes a Restos a Pagar/2001, de uma dotação final de R\$ 173.300 mil.

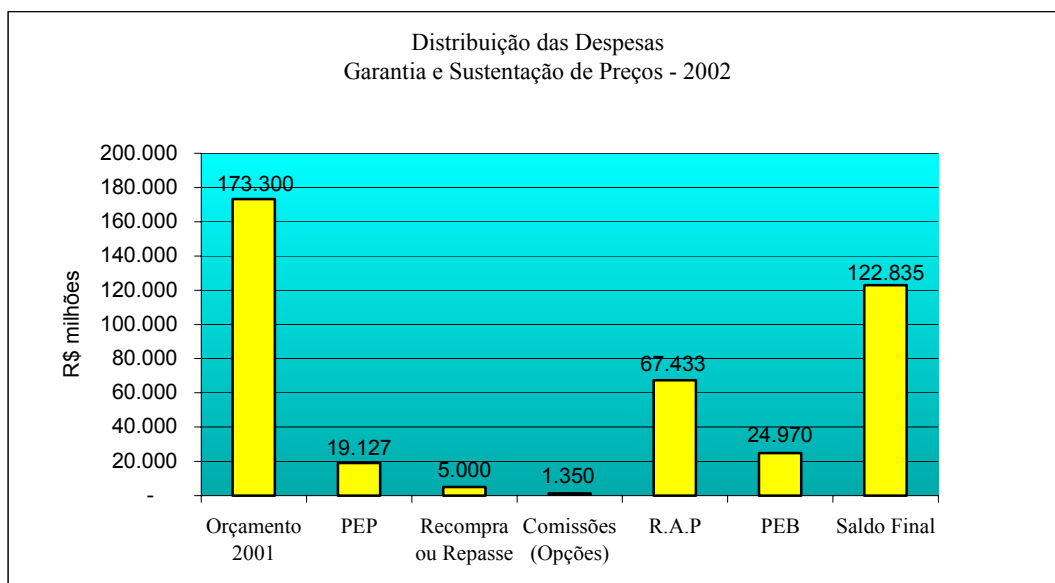


DOTAÇÃO E EXECUÇÃO EM GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS – 2002 (R\$ MIL)

PROGRAMA	ORÇAMENTO 2002	EXECUTADO	INSCRIÇÃO RAP (*)	SALDO
GSPCPA	173.300	50.447	67.433	122.835
PEP		19.127	67.433	-
PEB		24.970	-	-
Recompra / Repasse		5.000	-	-
Comissão da bolsa (opções)		1.350	-	-

Fonte: MF/STN/COPEC

(\*) RAP – Restos a pagar/2001 executados em 2002.



As subvenções (equalização de preços) pagas na rubrica Garantia/Sustentação de Preços a título de PEP ou Prêmio de Recompra/Repasse são realizadas com base na autorização contida na Lei nº 8.427, 27.5.92, alterada pela Lei nº 9.848, de 26.10.99, e consoante o detalhamento definido nos editais e avisos publicados pela CONAB.

#### 11.6. Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial

Trata-se de programa destinado ao pagamento de equalização de taxas de juros e outros encargos em operações de investimento realizadas com recursos equalizáveis no âmbito da Agricultura Patronal.

Até o final de 1999, este programa propiciou a alavancagem de recursos para a aplicação no Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem na Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solo – PROSOLO e no Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite – PROLEITE.

A partir de 2000, novas ações foram sendo instituídas e, atualmente, além dos mencionados, são atendidos, também, por esta rubrica orçamentária os seguintes programas: Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – MODERFROTA; Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas – PROPASTO; Programa de Apoio à Fruticultura – PROFRUTA; Programa de Sistematização de Várzeas – SISVAZEA; Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura – PRODECAP; Programa de Desenvolvimento da Cajucultura – PROCAJU; Programa de Desenvolvimento da Apicultura – PRODAMEL; Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Tilápias, Camarões Marinhos

e Moluscos (ampliado e renomeado para Aqüicultura, incluindo também pacu, surubim, tambaqui, tilápia e truta); Programa de Desenvolvimento Sustentado da Floricultura; Programa de Incentivo à construção e Modernização de Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais; Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura – PRODEVINHO; Programa de Apoio à Agricultura Irrigada – PROIRRIGA; Programa de Plantio Comercial de Florestas – PROPFLORA; Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária – PRODECOOP.

Relativamente à equalização de taxas, no contexto das operações de investimento, merece destaque o MODERFROTA. O Programa é responsável por mais da metade dos gastos com equalização de taxas em operações de investimento, devido ao valor elevado dos contratos e ao alto percentual de aplicação dos limites equalizáveis. No ano de 2002, devido à grande demanda por recursos por parte dos agricultores, o limite de saldo médio autorizado foi todo aplicado antes do término do exercício.

Por esse motivo, por meio da Resolução/BACEN nº 3.050, foi autorizada a alocação adicional de R\$ 790.000 mil ao MODERFROTA no intuito de atender à demanda adicional ao Programa. Diferentemente da sistemática rotineira, que se baseia no pagamento semestral de equalização de taxas incidentes sobre os saldos médios dos financiamentos verificados ao longo do semestre imediatamente anterior ao pagamento, a equalização referente à aplicação dos valores autorizados pela Resolução/BACEN nº 3.050 foi integralmente paga de uma única vez, utilizando, para tanto, a autorização legal introduzida na Lei 8.427, de 27/05/1992, por meio Medida Provisória nº 80, de 29/11/2002, o que afetou as despesas de 2002 em R\$ 58.186 mil.

Em 2002, a dotação orçamentária de R\$ 188.000 mil foi executada integralmente. Em relação ao ano anterior, houve grande aumento nos gastos, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

**EXECUÇÃO DE INVESTIMENTO RURAL E AGROINDUSTRIAL (R\$ MIL)**

EXERCÍCIO	1999	2000	2001	2002
Equalização de Taxas	13.662	27.755	73.219	188.000

Fonte: MF/STN/COPEC

### **11.7. Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP**

O Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, atualmente regido pela Medida Provisória nº 2.168-40, de 24.08.01, tem como finalidade reestruturar e capitalizar cooperativas de produção agropecuária, visando ao desenvolvimento auto-sustentado, em condições de competitividade e efetividade, que resulte na manutenção, geração e melhoria do emprego e renda. Os seus recursos destinam-se ao financiamento e refinanciamento de dívidas com o sistema financeiro, dívidas com cooperados e oriundas de aquisição de insumos agropecuários e de tributos e encargos sociais, de recebíveis de cooperados, bem como para investimentos e capital de giro.

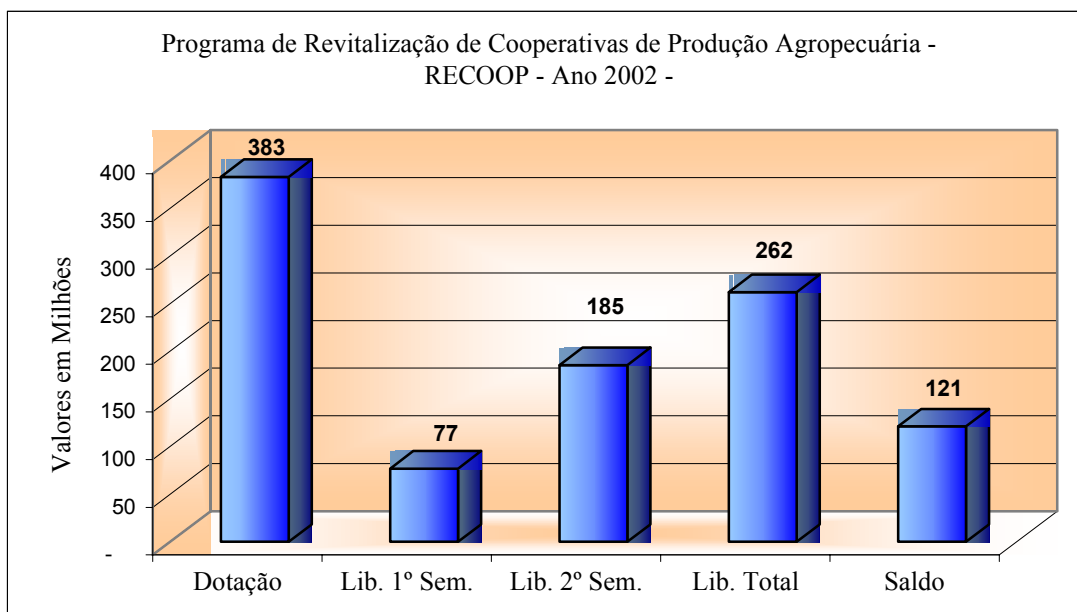
No primeiro semestre de 2002, os desembolsos do RECOOP ocorreram abaixo da expectativa, com média mensal de R\$ 12,8 milhões, em virtude da demora na aprovação da suplementação orçamentária (R\$ 358 milhões), que somente ocorreu em julho/2002, através da Lei nº 10.495, de 8.7.2002. No segundo semestre, as liberações registraram valores mais expressivos atingindo R\$ 243 milhões, com média mensal de R\$ 30,8 milhões, tendo o programa atingido em 31.12.02 desembolsos de R\$ 261,9 milhões, com recursos da fonte 144. As receitas, provenientes dos reembolsos efetuados pelas instituições financeiras ao Tesouro Nacional, atingiram o montante de R\$ 58 milhões, que foram integralmente repassados à STN/CODIP, em observância à legislação pertinente, que determina que os retornos dos financiamentos sejam direcionados para amortização da dívida pública.

A dotação orçamentária aprovada para o exercício de 2002 foi de R\$ 25 milhões para atendimento apenas dos compromissos já assumidos, sendo, posteriormente, suplementada na quantia de R\$ 358 milhões, perfazendo o total de R\$ 383 milhões, do qual foi utilizado o valor de R\$ 261,9 milhões, ou seja, 68,4% do total.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA RECOOP (R\$ MIL)**

DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EXECUTADAS
25.000	358.000	383.000	261.994

Fonte: MF/STN/COPEC



#### **11.8 - Equalização de Juros Decorrentes do Alongamento de Dívidas do Crédito Rural–Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Lei nº 9.866/99)**

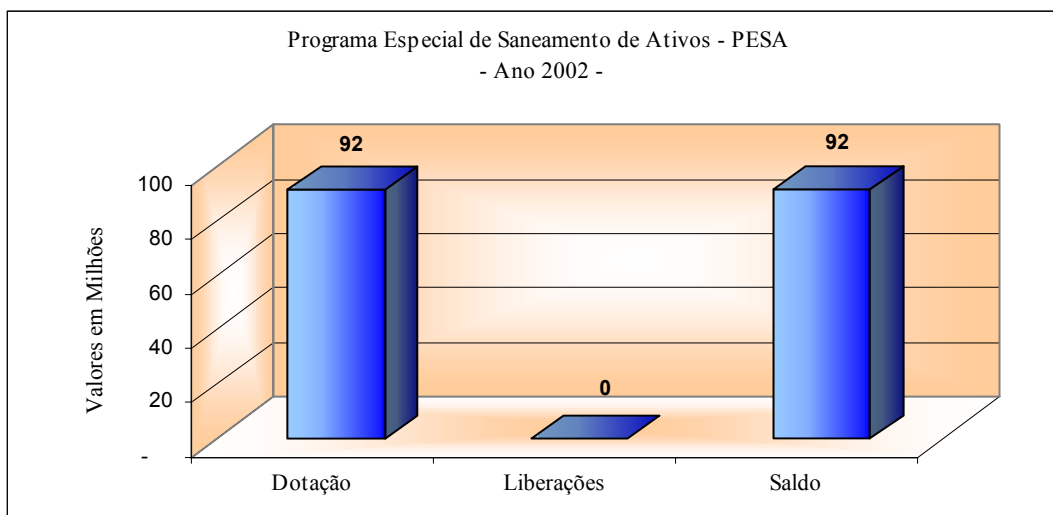
Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras do rebate na taxa de juros, concedido aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução nº 2.471, de 26.02.1998 (Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA), desde que as parcelas de juros tenham sido pagas até o vencimento.

Em decorrência das dificuldades, enfrentadas pelas instituições financeiras na aplicação do benefício, tendo por base o limite de 9,5% a.a. para a variação do IGP-M, além da necessidade de suplementação orçamentária de recursos em 2002, suficiente para comportar a elevação substancial do IGP-M (índice que atualiza os valores a serem ressarcidos), não foram realizados pagamentos da equalização neste exercício. Entretanto, os valores devidos, empenhados e inscritos em Restos a Pagar, no montante de R\$ 45 milhões estão previstos para serem desembolsados já em janeiro de 2003.

PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS – PESA (LEI Nº 9.866/99) (R\$ MIL)

DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EXECUTADAS
45.000	46.580	91.580	0

Fonte: MF/STN/COPEC



### **11.9. Financiamento de Investimentos Rurais de Mini e Pequenos Produtores para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana**

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19/06/95, foi reestruturado por meio da Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.2002, que autorizou os agentes financeiros a procederem à renegociação das dívidas dos cacaicultores bem como a realização de novas operações. Recentemente, a Resolução CMN nº 3.029, de 29.10.2002, autorizou às instituições financeiras considerarem em curso normal as dívidas até 31.3.2003, de modo a permitir aos produtores optarem pelas novas condições.

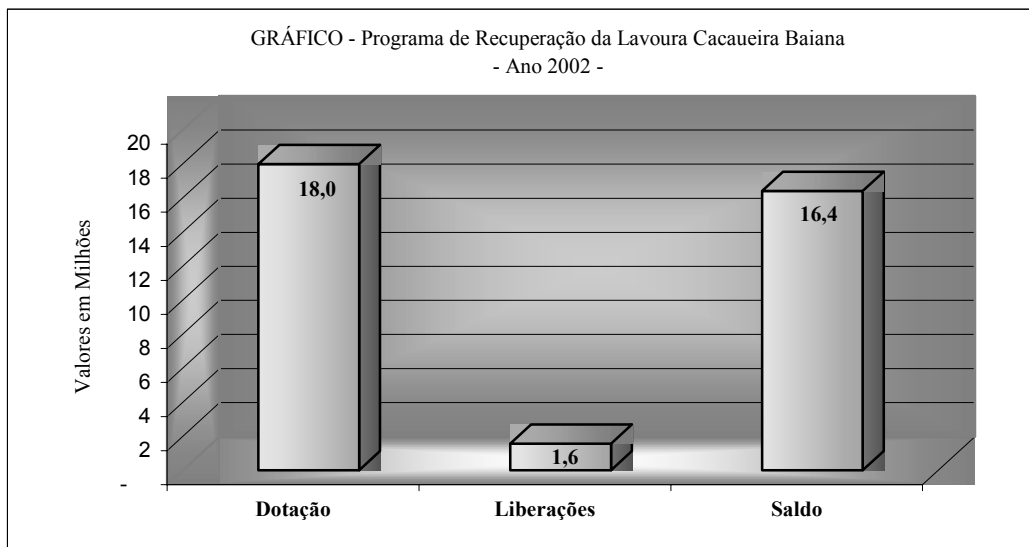
Dentre essas condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.960/02, cabe ressaltar a taxa efetiva de juros de 10,75% a.a. e 8,75% a.a. aplicáveis, respectivamente, a grandes e pequenos/médios produtores de cacau, com bônus de adimplência de 15% sobre cada parcela de juros pagas até o vencimento, novos prazos com carência, inclusive renegociação de dívidas nos termos da Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.98 (PESA). O pagamento de equalização dos encargos financeiros cabe ao Tesouro Nacional e ao Tesouro do Estado da Bahia, em partes iguais.

As receitas de reembolso das operações do programa no exercício 2002 atingiram o valor de R\$ 400 mil. Apesar de a dotação orçamentária para o ano de 2002 contemplar a quantia de R\$ 17.980 mil, os desembolsos solicitados pelo Banco do Brasil foram de apenas R\$ 1.570 mil, correspondente a 8,73% do valor orçado. As liberações de recursos têm ocorrido em ritmo lento, principalmente pela insuficiência de garantias a serem dadas aos agentes financeiros para efeito de renegociação e contratação de novas operações.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA DA LAVOURA CACAUEIRA BAIANA (R\$ MIL)

DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EXECUTADAS
17.980	-	17.980	1.570

Fonte: MF/STN/COPEC



#### 11.10 - Financiamento e Equalização de Juros para Promoção das Exportações – PROEX

O Programa de Financiamento às Exportações – PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo através da assistência financeira em duas modalidades: FINANCIAMENTO e EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS.

Na modalidade FINANCIAMENTO, o Tesouro Nacional repassa recursos ao Banco do Brasil, agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Na modalidade EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS (que inclui equalização NTN-I e equalização “Cash”), o Tesouro Nacional concede ao financiador subvenção econômica que permite tornar os encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional.

Para o exercício de 2002, foram disponibilizados R\$ 1.088.703 mil para a modalidade Financiamento e R\$ 1.221.400 mil para Equalização de Taxas, totalizando uma dotação orçamentária de R\$ 2.310.103 mil.

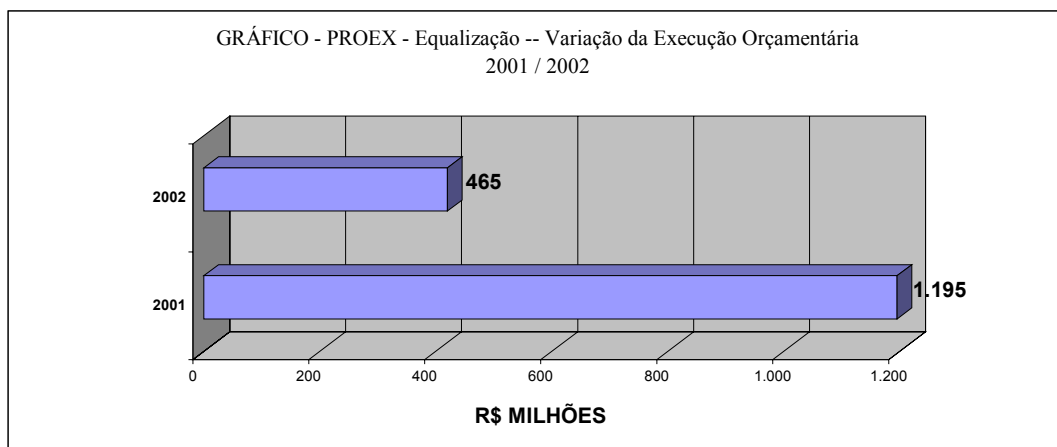
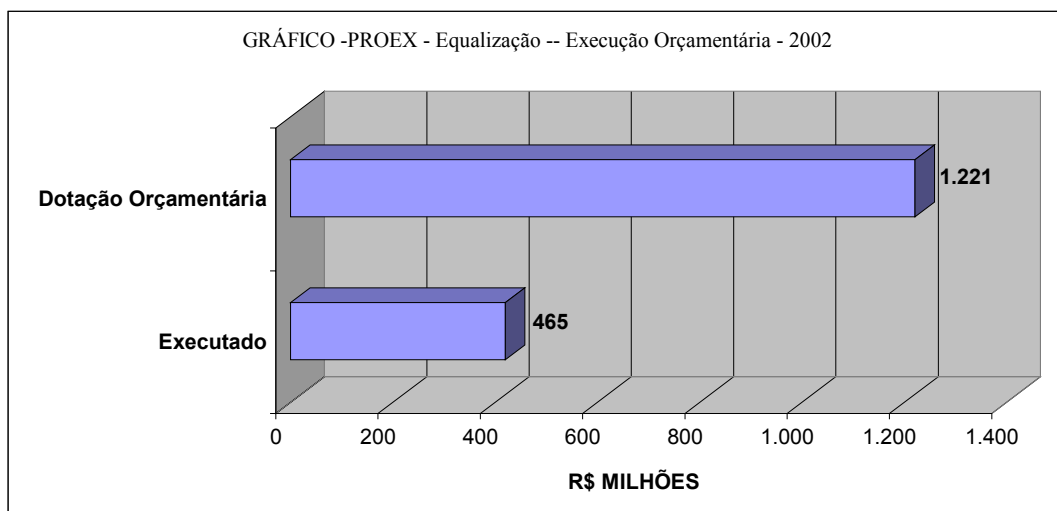
No exercício de 2002, as despesas totalizaram R\$ 1.385.779 mil (60,0% do orçamento), sendo R\$ 420.263 mil referentes à Equalização de Taxas (34,4% do orçamento), além de Restos a Pagar/2001 da ordem de R\$ 44.903 mil, e R\$ 965.516 mil mais Restos a Pagar/2001 de R\$ 179.630 mil, aplicados em Financiamento (88,7% do orçamento).

PROEX (R\$ mil)

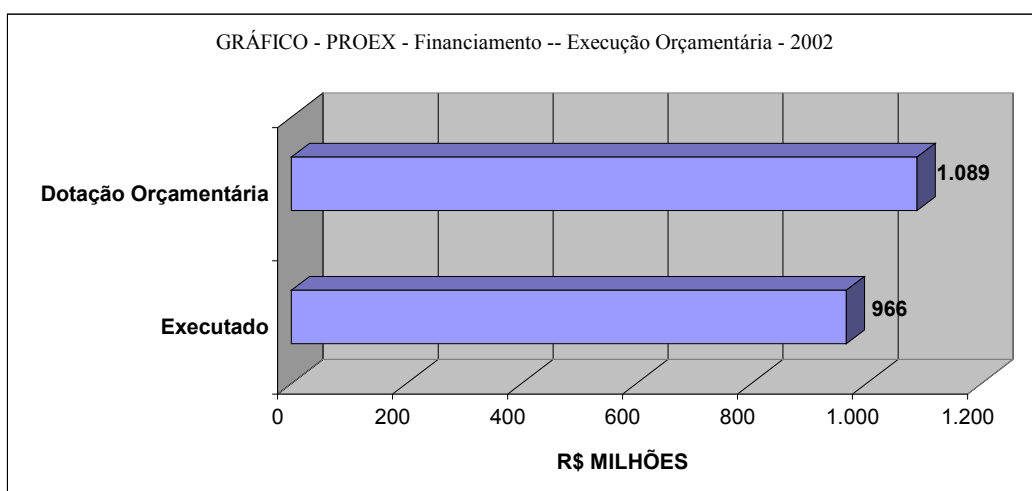
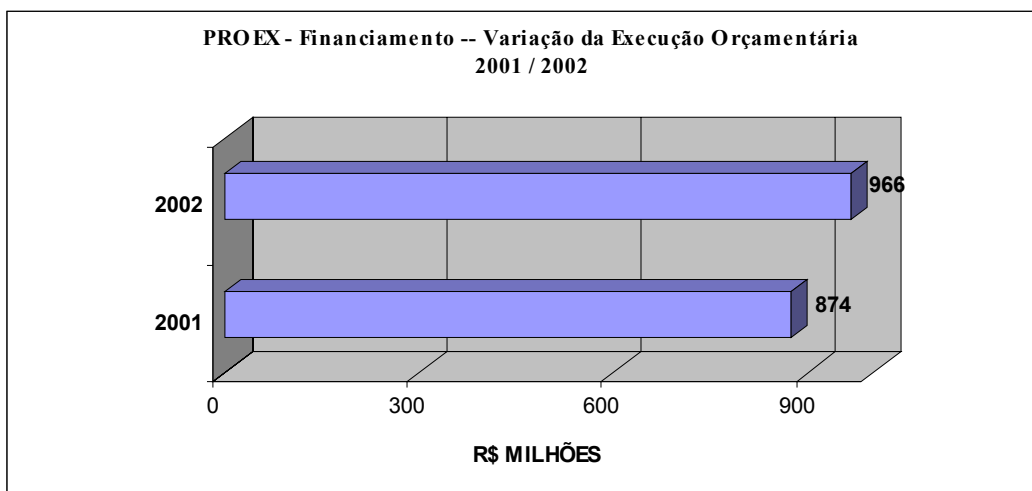
PROEX	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS EXECUTADAS
FINANCIAMENTO	989.730	98.973	1.088.703	965.516
EQUALIZAÇÃO	1.221.400	0	1.221.400	465.166

Fonte: MF/STN/COPEC

Na modalidade Equalização de Taxas de Juros, os desembolsos apresentaram redução de 64,8% em relação aos observados em 2001 (R\$ 1.194.982 mil).



Na modalidade Financiamento, os desembolsos apresentaram incremento de 10,4% em relação aos verificados em 2001 (R\$ 874.165 mil).

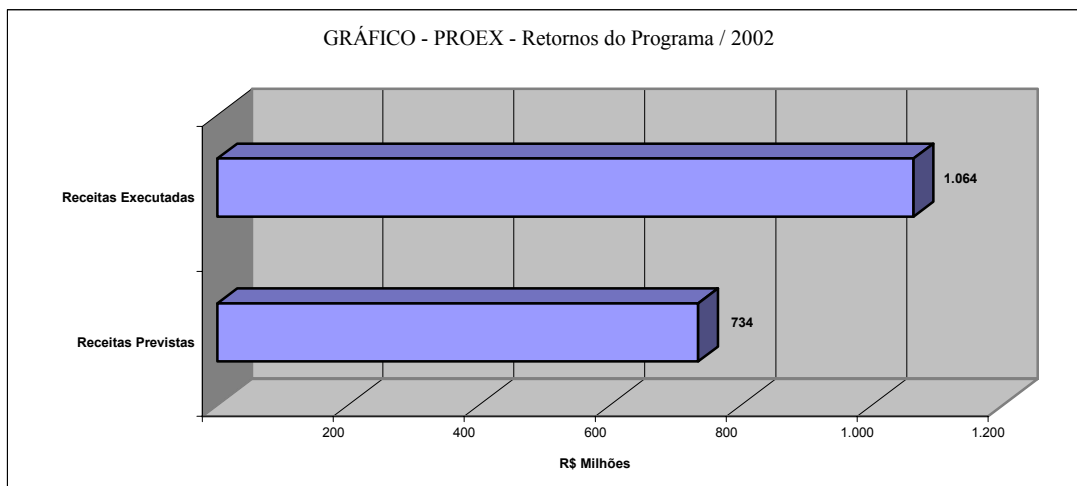


PROEX (R\$ mil)

EXERCÍCIO	2002	2001
<b>FINANCIAMENTO</b>	965.516	874.165
<b>EQUALIZAÇÃO</b>	465.166	1.194.982

Fonte: MF/STN/COPEC

O Programa apresentou retornos da ordem de R\$ 1.064 milhões, o que representa 44,8% acima da previsão de R\$ 734 milhões, tendo contribuído para esse resultado o patamar médio do dólar acima do estimado quando da elaboração da proposta orçamentária para 2002. Em relação aos retornos do ano anterior (R\$ 937 milhões), houve incremento de 13,6%.



Relativamente aos valores inscritos em Restos a Pagar no exercício de 2001, foram executados R\$ 44.903 mil em Equalização de Taxas, correspondendo a 49,0% do total inscrito e R\$ 179.630 mil em Financiamento, correspondendo a 74,5% do valor inscrito.

#### **11.11 - Programa de Financiamento à Estocagem do Álcool Combustível**

O Programa de Financiamento à Estocagem do Álcool Combustível instituído pela Lei nº 10.453, de 13.5.2002, objetiva regularizar a oferta de álcool no mercado, mediante disponibilização de capital de giro as usinas, destilarias e cooperativas de produtores de álcool, e a estabilidade dos preços diante da sazonalidade da produção, mediante financiamento e concessão de subvenções econômicas ao setor.

Dentro dessa linha, foi editado o Decreto nº 4.353, de 30.8.2002, que, dentre outras medidas de política econômica de apoio à produção e à comercialização do álcool combustível, autorizou o financiamento à estocagem do produto, com ou sem equalização da taxa de juros, mediante prévia deliberação do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool – CIMA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e regulamentação por parte do Conselho Monetário Nacional.

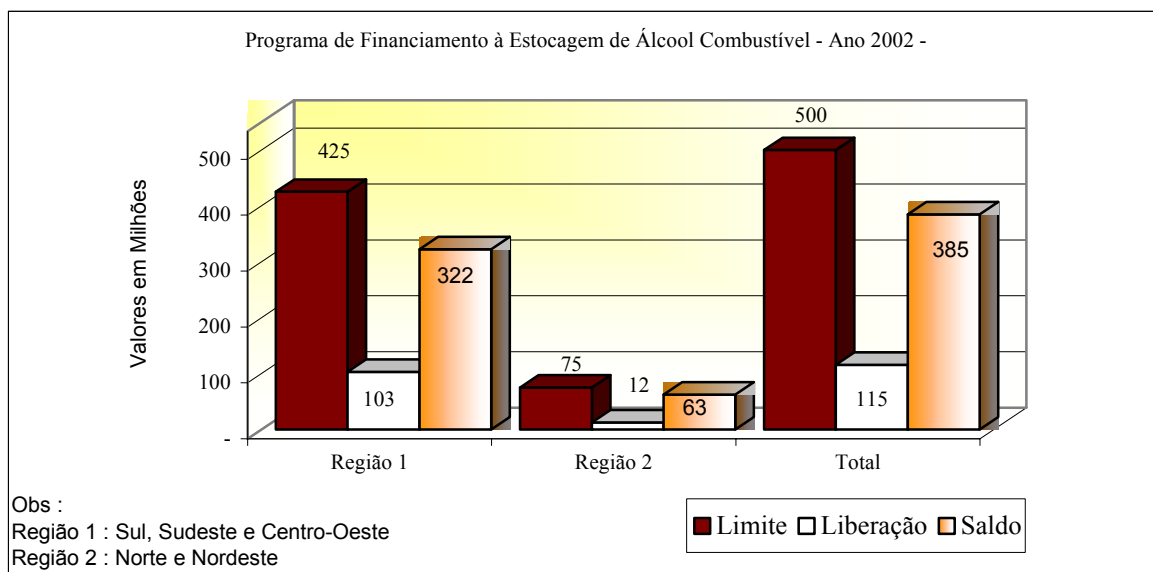
Os recursos destinados a esses financiamentos para o exercício de 2002, da ordem de até R\$ 500 milhões, originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, criada por meio da Lei nº 10.336, de 19.12.2001, foram disponibilizados para esta Secretaria, conforme previsto na Lei nº 10.538, de 27.08.2002. Em 2002, foram liberados cerca de R\$ 115,4 milhões, correspondendo a 23% da disponibilidade orçamentária, para atendimento das operações contratadas até 3.12.2002. Após esta data, foram suspensas as contratações de novas operações ao amparo desta linha de crédito, por meio da Resolução CMN nº 3.053, de 3.12.2002.

#### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA DE FINANC. À ESTOCAGEM DE ÁLCOOL (R\$ MIL)**

<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>DOTAÇÃO FINAL</b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>
500.000	-	500.000	115.374

Fonte: MF/STN/COPEC





#### 11.12 - Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, Incidentes a Partir da Vigência da Lei nº 8.171/91 (Decreto nº 175/91)

Além da execução dos programas retromencionados, a COPEC efetuou desembolsos ao Banco Central do Brasil, no total de R\$ 160,78 milhões, relativos à dotação orçamentária constante da unidade Encargos Financeiros da União, destinada às “ Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, Incidentes a Partir da Vigência da Lei nº 8.171/91 (Decreto nº 175/91)”.

Finalmente, cabe destacar que o PROAGRO foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11.12.73, e tem por gestor o Banco Central do Brasil, competindo ao Tesouro Nacional efetuar os repasses para cobertura de déficits verificados no referido programa.

#### 11.13 - Operações Oficiais de Crédito – Exercício de 2002

As ações desenvolvidas pela COPEC atenderam de forma satisfatória aos objetivos do Governo Federal de incentivo à produção agropecuária, agroindustrial e às exportações.

A equalização de taxas propiciou a alavancagem de recursos para a safra agrícola, viabilizando o crédito para custeio, comercialização e investimento, este último mais uma vez com destaque para a renovação da frota de tratores, implementos agrícolas e colheitadeiras.

A renda mínima ao produtor foi assegurada mediante a aquisição de produtos pelo Governo, voltada para a manutenção do abastecimento e à sustentação de preços de mercado.

Os encargos financeiros reduzidos e a concessão de bônus de adimplência, verificadas nos financiamentos no âmbito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, permitiram a inserção das famílias beneficiadas na atividade produtiva.

O apoio creditício do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária-RECOOP vem contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento e consolidação do segmento cooperativista brasileiro.

É de notar as novas medidas aprovadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, que concederam aos cacauicultores repactuação de dívidas e contratação de novas operações.

Relativamente às exportações, o Programa de Financiamento às Exportações - PROEX contribuiu significativamente para o superávit da balança comercial brasileira em 2002 com a atuação por meio de seus

instrumentos: Financiamento, fornecendo concessão de créditos, e Equalização de Taxas, propiciando custos financeiros compatíveis com o mercado internacional, o que possibilitou maior competitividade aos produtos nacionais no mercado internacional.

#### **11.14 - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH**

A STN, ao longo de 2002, participou ativamente da criação, divulgação, implementação e operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, que consiste em um programa de subsídio do Governo Federal criado pela Medida Provisória nº 2.212, de 30 de agosto de 2001 e regulamentado pelo Decreto nº 4.156, de 11 de março de 2002, com o objetivo de viabilizar o acesso à moradia para os segmentos de renda familiar alcançados pelos programas de financiamentos habitacionais de baixa renda.

Os recursos do PSH são disponibilizados às instituições financeiras mediante ofertas públicas, definidas em portarias conjuntas do Ministério da Fazenda – MF e da extinta Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República – SEDU/PR, atual Ministério das Cidades, e prevêem dois tipos de subsídios:

- subsídio destinado a complementar a capacidade financeira do proponente para pagamento do preço de imóvel residencial, para famílias com renda familiar bruta mensal de até R\$ 580,00, e
- subsídio destinado a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações realizadas pelas instituições financeiras, compreendendo as despesas de contratação, de administração e cobrança e de custos de alocação, remuneração e perda de capital (inclusive seguros), para famílias com renda familiar bruta mensal de até R\$1.000,00.

O modelo do PSH foi criado com o objetivo de pagar, antecipadamente, por todo o fluxo futuro descontado de custos e remunerações das instituições financeiras que, de outra forma, seriam repassados ao custo do financiamento para o mutuário.

No exercício de 2002, o PSH contou com recursos orçamentários no montante de R\$350.000.000,00, do qual foi liberado às instituições financeiras que obtiveram êxito nos leilões do Programa o valor líquido, que considera devoluções ao Tesouro Nacional, de R\$67.333.422,99, que corresponde a 11.443 contratos de financiamento habitacional. Tendo em vista que o PSH constitui despesa de caráter continuado, foi inscrito em restos a pagar, no exercício de 2003, o total de R\$275.743.299,58.

## ORÇAMENTO 2002

- COPEC -

15/1/2003

### 1. OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ MIL							
DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CANCELAMENTO (B)	COMPRO-METIMENTO (*) (C)	SUPLEMEN-TAÇÃO (D)	TOTAL E = (A-B-C+D)
CUSTEIO AGROPECUÁRIO			186.500	0	0	28.000	214.500
	339045	160	186.500	0		28.000	214.500
EGF			7.200	0	0	7.000	14.200
	339045	160	7.200	0	0	7.000	14.200
AGF E ESTOQ. ESTRAT.			1.831.900	1.083.580	98.535	265.518	915.303
	339045	160	383.900	40.000	27.000	0	316.900
	459066	160	1.084.815	420.080	71.535	0	593.200
	459066	100	363.185	623.500		265.518	5.203
PRONAF			1.094.437	80.919	0	165.919	1.179.437
	459066	100	473.000	80.919	0	0	392.081
	339045	160	612.681	0	0	85.000	697.681
	339045	100	8.756	0	0	0	8.756
	459066	160	0	0	0	80.919	80.919
GARANTIA E SUST. DE PREÇOS			253.300	80.000	98.925	0	74.375
	339045	160	253.300	80.000	98.925	0	74.375
EQUIPAMENTOS DE INVESTIMENTO RURAL E AGROINDUSTRIAL			188.000	0	0	0	188.000
	339045	160	188.000	0	0	0	188.000
RECOOP			25.000	0	0	358.000	383.000
	459066	144	25.000	0	0	358.000	383.000
PESA			45.000	0	0	46.580	91.580
	339045	159	45.000	0	0	46.580	91.580
LAVOURA CACAUEIRA			17.980	0	0	0	17.980
	459066	160	17.980	0	0	0	17.980
PROEX			2.211.130	265.518	44.903	364.491	2.265.200
	339045	144	1.139.917	0	44.903	0	1.095.014
	339045	160	81.483	0	0	0	81.483
	459066	160	724.212	0	0	364.491	1.088.703
	459066	100	265.518	265.518	0	0	0
TOTAL POR FONTE	339045	100	8.756	0	0	0	8.756
	339045	144	1.139.917	0	44.903	0	1.095.014
	339045	159	45.000	0	0	46.580	91.580
	339045	160	1.713.064	120.000	125.925	120.000	1.587.139
	459066	100	1.101.703	969.937	0	265.518	397.284
	459066	144	25.000	0	0	358.000	383.000
	459066	160	1.827.007	420.080	71.535	445.410	1.780.802
TOTAL GERAL			5.860.447	1.510.017	242.363	1.235.508	5.343.575

### 2. ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - EFU

PROAGRO	339093	100	160.780	0	0	0	160.780
ALCOOL COMBUSTÍVEL	459066	111	500.000	0	0	0	500.000

(\*) Trata-se da compensação dos valores de RAP/2001 com a dotação aprovada e do bloqueio no OOC de modo a permitir a execução, por igual valor, em outros programas do orçamento do MAPA, visando não alterar a meta fiscal.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO  
REALIZAÇÃO DA RECEITA - ORÇAMENTO 2002

Posição em: 15/1/2003  
R\$ MIL

DISCRIMINAÇÃO	NATUREZA	FONTE	REALIZADA												TOTAL	
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	2002	2002
CUSTEIO AGROPECUÁRIO	AMORT	160	2	0	0	0	0	2	0	3	0	5	1	0	14	
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	
EGF	AMORT	160	550	550	550	550	550	550	550	550	550	550	550	550	550	6.640
	JUROS	160	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
AGF e ESTOQUES ESTRATÉGICOS	AMORT	160	56.106	72.084	70.116	25.482	29.028	20.136	28.493	40.692	92.181	180.449	218.650	-272.401(*)	570.016	
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PRONAF	AMORT	160	0	0	0	0	7.503	1.364	1.139	1.197	1.285	1.829	2.701	16.494	33.510	
	JUROS	160	63	0	0	0	1.607	11	10	10	10	16	0	3.202	4.930	
GARANTIA E SUSTENTÇÃO DE PREÇOS INVESTIMENTO RURAL E AGRINDUSTRIAL	Prêmio de Leilões	160	0	0	0	1.385	691	86	0	1.494	1.995	81	0	0	5.732	
	AMORT	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PAPP	AMORT	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26	
PNDA	AMORT	160	627	0	32	0	0	633	570	5.294	2.903	0	0	885	10.943	
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	70	93	0	0	0	169	5	
PNDR	AMORT	160	203	0	0	0	0	0	179	3.214	0	0	887	0	4.484	
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	0	65	0	0	0	0	65	
PROFIR / PROVÁZEAS / UNIF. RURAIS	AMORT	160	18	2	0	9	0	33	7	3.874	101	4.347	121	575	9.088	
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0	2	0	33	
PRODECER III	AMORT	160	50	1.440	0	97	0	0	0	9.264	0	766	0	62.729	74.345	
	JUROS	160	0	113	0	-97	0	0	0	867	0	-766	0	21.899	22.016	
UNIFICADOS INDUSTRIAIS	AMORT	160	337	101	0	0	0	0	349	10.352	0	0	0	2	11.141	
	JUROS	160	0	0	0	0	0	0	0	80	0	0	0	125	205	
RECOOP	AMORT	159	5.002	3.148	3.920	1.893	3.423	3.169	11.234	6.216	4.462	4.558	5.784	5.625	58.405	
	TRANSF. (*)	159	-5.002	-3.148	-3.920	-1.893	-3.423	-3.169	-11.234	-6.216	-4.462	-4.558	-5.784	-5.625	-58.405	
LAVOURA CACAUEIRA BAIANA	AMORT	160	0	0	37	0	29	14	41	3	0	46	228	3	400	
	JUROS	160	85.737	104.145	82.144	56.001	76.690	78.530	205.842	61.593	86.557	94.934	63.303	54.320	1.049.795	
PROEX	AMORT	160	617	1.399	3.621	55	346	166	1.261	197	297	59	3	20	8.031	
	JUROS	160	0	880	0	485	943	479	483	488	493	0	0	1.506	5.736	
SUBTOTAL			144.350	180.712	156.499	83.947	117.386	111.003	238.994	139.359	186.373	282.318	286.447	-110.060	1.817.329	
TRANSFERÊNCIAS	TOTAL DE TRANSF.	-	94.698	482.340	52.719	163.665	171.312	109.397	498.691	251.679	106.547	214.811	115.939	502.160	2.763.958	
	AGF/PRONAF	100	68.880	5.242	20.172	30.179	10.189	20.221	28.222	15.741	17.247	38.256	51.276	72.504	378.130	
	PROEX	144	24.251	7.279	29.241	11.577	38.035	0	1.834	59.170	3.832	168.248	32.375	52.785	428.629	
	RECOOP	144	1.567	3.592	3.306	4.826	5.163	0	58.237	33.459	7.525	8.306	32.288	103.725	261.994	
	PESA	159	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	LEI 7.976/89	Total	0	466.227	0	117.083	117.925	89.176	410.397	143.309	77.943	0	0	273.146	1.695.206	
	AMORT	160	0	386.366	0	64.426	70.355	39.559	31.548	98.714	42.754	0	0	164.518	898.241	
	JUROS	160	0	79.861	0	52.657	47.570	49.617	378.849	44.595	35.188	0	0	108.628	796.985	
	TOTAL GERAL		239.048	663.053	209.218	247.612	288.696	220.400	737.685	391.037	292.920	497.129	402.386	392.100	4.581.287	
	PROAGRO		100	0	0	25.780	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	160.780	
	ALCOOL COMBUSTÍVEL		111	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	84.329	21.045	

(\*) para amortização da Dívida Pública  
(\*\*) Tendo a CONAB recolhido a favor desta Secretaria valores decorrentes de vendas de estoques públicos em montante superior à sua dotação orçamentária para a finalidade, efetuamos, em 31.12.2002, a troca, perante a Conta Única, de titularidade do Tesouro Nacional para a CONAB, dos valores excedentes, que somaram R\$ 368.986.673,70.  
No dia 3 de janeiro, já com base no orçamento de 2003 da CONAB, foi efetuada a reversão da titularidade.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO  
EXECUÇÃO DA DESPESA - ORÇAMENTO 2002

Posição em : 15/1/2003

DISCRIMINAÇÃO / NATUREZA	FONTE	DISPON. P/ EXERC. RESTOS A PAGAR	Executada												Margem	TOTAL		
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ				
CUSTEIO AGROPECUARIO (***)	160	ORÇ	214.500	5.020	18.979	17.568	20.220	18.920	19.070	18.104	17.465	677	38.358	12.046	27.970	103	214.500	
	160	ORÇ	14.200	0	92	51	128	167	348	764	1.867	0	3.754	0	6.277	751	14.200	
AGE e ESTOQUES ESTRATEGICOS (*)	160	ORÇ	316.900	0	32.681	21.076	12.796	10.166	7.142	4.986	7.305	7.869	6.630	7.460	899	197.889	316.900	
	160	ORÇ	593.200	0	47.450	13.921	19.981	8.753	3.901	15.951	9.031	10.361	10.051	15.351	45.742	392.704	593.200	
	100	ORÇ	5.203	0	0	0	0	0	4.550	0	0	0	0	0	0	653	5.203	
	160	RAP	27.000	733	0	26.267	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27.000	
	160	RAP	12.775	14.932	-2.157	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.775	
	100	ORÇ	392.081	20.000	10.000	10.000	30.000	10.000	20.000	28.000	15.500	17.000	38.000	51.000	72.504	70.077	392.081	
	160	ORÇ	697.681	490	25.032	22.197	24.317	24.090	25.848	38.356	50.152	4.298	208.534	25.726	164.285	84.357	697.681	
GARANTIA E SUSTENTACAO DE PREÇOS (*)	100	ORÇ	8.756	152	168	172	179	189	221	222	241	247	256	276	0	6.433	8.756	
	160	ORÇ	80.919	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	239	80.681	80.919	
	100	RAP	53.802	38.802	5.000	10.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53.802	
INVESTIMENTO (***)	160	ORÇ	74.375	0	12.181	-12.181	100	150	2.100	17.000	0	5.000	1.000	19.970	5.127	23.928	74.375	
	160	RAP	67.433	20.000	10.000	30.000	0	7.433	0	0	0	0	0	0	0	0	67.433	
	160	ORÇ	188.000	2.146	0	12.181	0	0	0	0	7	0	73.619	0	100.046	0	188.000	
RECOOP	144	ORÇ	383.000	1.567	3.592	3.306	4.826	5.163	0	58.237	33.459	7.525	8.306	32.288	103.725	121.006	383.000	
	159	ORÇ	91.580	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	91.580	91.580	
LAVOURA CACAUEIRA	160	ORÇ	17.980	0	0	23	0	32	56	110	98	240	471	292	248	16.410	17.980	
	144	ORÇ	1.095.014	0	0	17.155	10.291	38.035	0	1.834	59.170	3.832	168.248	32.375	52.785	711.289 (**)	1.095.014	
	160	ORÇ	81.483	0	3.120	4.179	3.628	276	200	162	9.771	3.135	2.463	7.064	2.541	44.945	81.483	
PROEX (*)	160	ORÇ	1.088.703	0	38.997	48.475	49.215	96.786	55.864	121.529	60.305	72.462	177.923	43.847	200.113	123.187	1.088.703	
	160	RAP	179.630	40.012	56.653	36.705	11.410	8.028	3.839	20.000	0	1.950	0	1.032	0	0	179.630	
	144	RAP	44.903	24.251	7.279	12.087	1.287	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44.903	
TOTAL GERAL			5.729.117	168.104	269.068	273.180	188.377	228.187	143.138	325.255	264.372	134.597	737.615	248.727	782.501	1.965.964	5.729.117	
TOTAL ORÇAMENTO DE 2002			5.343.575	29.374	192.293	158.121	175.680	212.726	139.299	305.255	264.372	132.647	737.615	247.695	782.501	1.965.964	5.343.575	
TOTAL DE RESTOS A PAGAR			385.542	138.729	76.775	115.059	12.697	15.461	3.839	20.000	0	1.950	0	1.032	0	0	385.542	
PROAGRO	100	Orçamento	160.780	0	0	25.780	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	0	160.780	
	111	Orçamento	500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	94.329	21.045	384.626	500.000	

(\*) Orçamento de 2002 de duzido do montante inscrito em Restos a Pagar, modalidade equalização.  
(\*\*) Não foi efetuada a inscrição em RAP de R\$ 711.280 mil, obrigações assumidas em 2002.  
(\*\*\*) Foram realizados gastos da ordem de R\$ 87.577 mil ( Custeio: R\$ 27.941 mil; PRONAF: R\$ 19.233 mil e Investimento: R\$ 40.403 mil ) com impacto na Conta Única em 02.01.2003